

Em audiência, diretor do Butantan critica procedimento da Anvisa; representante da agência disse que órgão agiu com prudência

A relatora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que acompanha a pandemia de Covid-19 no país quer que o colegiado faça uma recomendação de conduta a ser adotada em caso de efeitos adversos em voluntários durante testes para vacinas contra a Covid.

A afirmação foi feita pela deputada [Carmen Zanotto \(Cidadania-SC\)](#) durante reunião nesta terça-feira (17) que discutiu a suspensão, pela Anvisa, de testes com a vacina chinesa Coronavac, no dia 9 de novembro, após a agência ser informada pelo Instituto Butantan da morte de um voluntário. A Anvisa autorizou a retomada dos testes no dia 11, depois de parecer do Comitê Independente Internacional.

Para Zanotto, é importante que se discuta uma conduta que evite constrangimentos e inseguranças.

“Queria propor que a nossa comissão, nós pudéssemos construir uma recomendação, encaminhar para todos os órgãos competentes, uma conduta única com relação aos efeitos adversos. Quando se paralisa um procedimento é em função da segurança, é em função da magnitude do que nós estamos tratando. Esse tipo de comunicado, ou de temporalidade não respeitada, uma ligação telefônica muitas vezes evita o constrangimento da matéria na imprensa e a insegurança da população”, disse.

Vacinas em janeiro

No debate, o diretor do Butantan, Dimas Tadeu Covas, destacou que até o momento os estudos têm indicado um excelente perfil de segurança para a vacina. Ele informou que o Butantan está prestes a receber parte das vacinas prontas da China, e também a matéria prima que garantirá 46 milhões de doses em janeiro.

Segundo Dimas Covas, o relato enviado pelo instituto à Anvisa foi de um “evento adverso grave”, ocorrido mais de 25 dias após a aplicação da vacina, e não de uma reação adversa, ou seja, já se sabia que não haveria relação com a Coronavac. Covas reclamou ter tomado conhecimento da suspensão pela imprensa.

“Nós tomamos conhecimento pela imprensa de que o estudo havia sido interrompido. Nesse momento nós não tínhamos conhecimento de um ofício que a Anvisa colocou na caixa de mensagem do projeto, um ofício postado às 21h04, comunicando a suspensão. À noite, obviamente que não temos nenhum sistema de plantão pra ficar checando essa caixa de mensagem”, observou.

Isenção

Por outro lado, o gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa, Gustavo Mendes Lima Santos, ressaltou que quando ocorre um evento adverso grave, é importante um olhar isento para julgar se há ou não relação com a vacina. Ele relatou que a agência recebeu a notificação e não conseguiu identificar elementos que trouxessem confiança de que teria havido uma investigação profunda sobre o caso.

“Nós reunimos então esse grupo de especialistas que foi instituído aqui na gerência geral de medicamentos para avaliar a situação e verificar se existia alguma preocupação com o risco. E, devido à falta de informações, devido à dificuldade de ter claro que aquilo que aconteceu não estava relacionado à vacina e, principalmente, que não existia um olhar isento sobre esse fato, e esse olhar isento refletido numa manifestação do comitê independente, esse grupo de especialistas julgou prudente interromper não todo o estudo, mas interromper a vacinação”.

Ricardo Palacios, do Butantan, rebateu a ideia de que o comitê independente teria de ser chamado sempre. Segundo o pesquisador, o comitê é chamado apenas em casos de dúvidas.

Crítica ao presidente

Autora de requerimento para a realização do debate, a deputada [Jandira Feghali \(PCdoB-RJ\)](#) criticou a atuação da Anvisa.

“Bastava uma conversa com o Butantan pra que ficasse claro que não havia razão de suspender. E pior: acabou gerando por parte do chefe de Estado um comportamento que a sociedade reagiu de uma forma impactada. Um chefe de estado comemorando a morte de um voluntário e possível não vacina para o povo brasileiro porque era da China”, disse.

O deputado [General Peternelli \(PSL-SP\)](#) afirmou sua confiança na Anvisa.

“Se foi equívoco ou não, não é importante. O importante é que foi corrigido, sanado as atividades, e prossegue. Eu vejo toda essa explanação, o que nos dá plena confiança nas instituições, na Anvisa, no Butantan, na Fiocruz. Eu vou tomar a primeira vacina que for aprovada pela Anvisa”, afirmou.

Para o representante do Ministério da Saúde no debate, Hélio Angotti Neto, a Anvisa agiu com responsabilidade na situação, tendo em vista o interesse público.

Fonte: Agência Câmara de Notícias, em 17.11.2020